



---

## DILIGÊNCIA NO PARANÁ – UMA SÍNTESE

### Integrantes

Deputado Luiz Couto  
Deputado Adão Pretto  
Deputado Assis do Couto  
Deputado Dr. Rosinha  
Rosiana Queiroz – Assessora da CDHM

Data: 18 e 19 de outubro de 2007

**Assuntos:** 1. Homicídios com características de execuções encomendadas na cidade de Coronel Domingos Soares; 2. Remoção forçada de moradores de rua em Paranaguá e em outros municípios; 3. Existência de milícias privadas contratadas por fazendeiros para agir contra posseiros; 4. Tortura e execução de Felipe Osvaldo da Guarda dos Santos, por policiais, no Centro de Detenção Provisória de São José dos Pinhais; 5. CPI das invasões urbanas que criminalizou líderes e movimentos sociais.

### RELATO DA DILIGÊNCIA

#### DIA 18/10

**14h30 - Audiência pública** no auditório da Biblioteca Pública do Paraná – auditório Paul Garfunkel, com a participação de autoridades locais, movimentos sociais e entidades de direitos humanos.

A audiência teve início no horário previsto.

A abertura foi feita pelo Dep. Luiz Couto - Presidente da CDHM da Câmara dos Deputados, que convidou as autoridades presentes para compor a Mesa.

Autoridades presentes:

- Desembargador **Jair Ramos Braga** - Secretário de Justiça do Paraná que preside o COPED;
- Sr. **Sylvio Roberto D. Kuhlmann** - Promotor de Justiça do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Proteção aos Direitos Humanos;



- Prof. **Dr. Pedro Rodolfo Bodê** – Coordenador do Centro de Estudos em Segurança Pública e Direitos Humanos da UFPR;
- Dom **Ladislau Biernarski** – Acompanha os Movimentos Sociais;
- Dr. **Marino Galvão** - Vice - Presidente da Comissão de Direitos Humanos;
- Dep. **Estadual Tadeu Veneri** - membro da Comissão de Direitos Humanos (AL/PR);
- Sr. **Darci Frigo** – Representante da ONG Terra de Direitos.

**No primeiro momento da audiência foram tratados os seguintes casos:** 1) Existência de milícias privadas contratadas por fazendeiros para agir contra posseiros; 2) CPI das invasões urbanas que criminalizou líderes e movimentos sociais e; 3) Remoção forçada de moradores de rua em Paranaguá e em outros municípios.

A advogada Gisele Cassano apresentou o caso das milícias rurais localizando as áreas de conflitos, o andamento do caso na justiça e, principalmente, identificou que a violência tem sido permanente e perpetrada por empresas privadas de segurança contratadas pelos fazendeiros. Na seqüência, duas vítimas deram testemunho, o Sr. Valdeci Ferreira da Silva e a Sra. Célia Aparecida Lourenço, eles relataram que sofreram na pele a violência, a Sra. Célia inclusive foi vítima de discriminação racial durante uma audiência na Justiça.

Após os relatos, a Mesa de autoridades e a própria diligência fizeram perguntas às vítimas buscando esclarecer o caso. O foco das questões girou em torno das providências tomadas pelas autoridades locais do Paraná. As vítimas afirmaram que só um pistoleiro foi preso e que as ameaças aos trabalhadores rurais continuam e que precisa haver um desarmamento no meio rural.

O segundo caso tratado na audiência foi o da CPI das invasões urbanas em Curitiba. O advogado Vinicius Gessolo de Oliveira fez um relato do caso e duas das vítimas da criminalização pela CPI das invasões urbanas deram testemunho: a Sra. Hilma de Lourdes dos Santos e Maria das Graças Silva de Souza. Os principais problemas da CPI, segundo o advogado, foram o seu objetivo e caráter político-partidário e a criminalização das lideranças dos movimentos sociais de luta por moradia. As vítimas ponderaram que o termo “invasão” já foi uma forma de tentar dar o caráter criminoso às ocupações urbanas feitas por gente simples e que necessita de moradia. Eles também denunciaram que nos arredores de Curitiba há várias outras áreas ocupadas irregularmente por gente rica. As pessoas que ocupam essas áreas, entretanto, não são tratados como “invasores” pela Prefeitura de Curitiba, que, aliás, não tem realizado despejos nessas



localidades. Enfim, as vítimas deixaram clara a forma injusta como a Prefeitura age, com “dois pesos e duas medidas” para um mesmo problema social, criminalizando a população já vulnerabilizada pela exclusão social e fazendo vistas grossas as ações de mesmo caráter perpetradas por setores das classes alta e média de Curitiba. Além disso, relataram a violência com que foram tratados pela guarda municipal que tem atuado para como polícia e com armamento de alto poder.

O Deputado Luiz Couto facultou, então, a palavra à mesa e aos parlamentares da diligência, que perguntaram às vítimas que propostas tinham para apresentar. As vítimas solicitaram o arquivamento do relatório da CPI e a abertura de um diálogo com os movimentos sociais para resolver os conflitos que, no seu entendimento, são sociais e não policiais. Algumas pessoas presentes também reforçaram as denúncias de violência e de perseguições em várias áreas pobres e ocupadas irregularmente.

O terceiro caso tratado foi a remoção forçada de moradores de rua de Paranaguá e de outros municípios. Houve uma leitura do caso feita por um dos parlamentares da diligência e, em seguida, o Padre Adelir, da Pastoral Rodoviária deu seu testemunho, focando no grave problema das violações dos direitos dos moradores de rua e na intolerância aos pobres e moradores de rua. Segundo ele, foram esses fatores que motivaram a Prefeitura de Paranaguá, por meio da guarda municipal, a expulsar essas pessoas da cidade, violando o seu direito de ir e vir.

Os parlamentares e os integrantes da mesa de autoridades perguntaram se a prática continua e o Padre afirmou que sim e que tem se espalhado por outras cidades do interior do Paraná e que a Justiça encerrou o caso sem punir ninguém pelas graves violações. Segundo ele, o que resta agora é apenas uma ação civil pública que ainda está se processando.

**Segundo momento da audiência:** Homicídios com características de execuções encomendadas na cidade de Coronel Domingos Soares e Tortura no centro de detenção provisória de São José dos Pinhais e tortura e execução de Felipe Osvaldo da Guarda dos Santos, por policiais.

O caso de Cel. Domingos Soares foi apresentado pelo Dep. Assis do Couto, que fez parte da diligência e este chamou a mãe de Aparecida, uma das vítimas, que foi assassinada junto com o marido. A mãe de Aparecida relatou a circunstância do assassinato, que não tem conseguido saber como andam as investigações, que, segundo o seu relato, tem se dado de forma bastante irregular. Segundo seu testemunho, várias pessoas que têm informações do caso sequer foram ouvidas



como testemunhas. No mais, a diretora da escola municipal da cidade, que teria problemas com o casal assassinado, não foi investigada. A mãe de Aparecida relatou que o marido dessa diretora teria antecedentes criminais e que trabalharia de segurança privado para o prefeito. Um pistoleiro que mora na localidade teria sido investigado, mas essa linha de investigação teria sido afastada pela polícia pelo fato de não se ter encontrado provas que o incriminassem. Vários moradores de Cel. Domingos Soares vieram a audiência pública e pediram investigação séria, célere e Justiça.

O quinto caso foi apresentado pelo Dep. Dr. Rosinha e não foi possível ter um testemunho porque a principal testemunha desse caso sofre ameaças por ter denunciado as torturas e entrou para o programa de proteção a testemunhas. O Dr. Sylvio Roberto D. Kuhlmann, Promotor de Justiça do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Proteção aos Direitos Humanos, então, falou sobre o caso, relatando que ainda não houve denúncia nesse caso porque as investigações não foram concluídas.

Um último caso foi ouvido, que não estava na pauta da diligência: o de pacientes com doenças raras, que tiveram seus remédios (de alto custo) suspensos pelo governo do Estado do Paraná. Sobre esse caso falou o advogado Jorge Custódio e um paciente da cidade de Londrina. Eles reivindicam o que está na Constituição, a assistência integral a saúde para quem necessita. Solicitaram, também, que a diligência abra canais de diálogo, em nível nacional e no Estado, para que os medicamentos de alto custo sejam garantidos aos pacientes. Os parlamentares se comprometeram a realizar uma audiência pública na Câmara dos Deputados especificamente para tratar desse assunto, mas alertaram que seria preciso verificar com clareza a real necessidade do uso desses medicamentos, porque, de fato, existe uma máfia laboratorial que se aproveita da situação de saúde e vulnerabilidade das pessoas, para vender medicamentos desnecessários. Mesmo com o alerta, a reivindicação foi mantida e vista por os presentes como justa e necessária, uma vez que privar pessoas de um tratamento é uma violação aos Direitos Humanos.

Ao final, os parlamentares da diligência e as autoridades presentes se posicionaram sobre todos os casos e fizeram várias considerações. O Dep. Luiz Couto fez suas recomendações, agradecimentos e encerrou a audiência.

**18h30 – Audiência** com o Presidente da Câmara Municipal de Curitiba/PR, que contou com a participação, além dos integrantes da diligência, do presidente e do relator da CPI das invasões urbanas. Vários outros vereadores também estiveram



na reunião na Câmara Municipal de Curitiba. O Deputado Luiz Couto abriu a reunião, relatando as denúncias recebidas pela CDHM, de que lideranças dos movimentos sociais foram criminalizadas nas conclusões do relatório da CPI. O Dep. Dr. Rosinha sugeriu a abertura de um diálogo e o Dep. Adão Preto usou uma comparação: se uma saca de feijão está 30% estragada, o agricultor faz separação do feijão e aproveita o restante. Disse isso fazendo referência ao que o presidente e relator da CPI alegaram: que nas invasões há muitos aproveitadores e que o intento da Câmara Municipal era identificar e punir esses aproveitadores. O debate seguiu harmonioso mesmo com as divergências que ficaram latentes.

Ao final da reunião o Dep. Luiz Couto pediu à Câmara Municipal que trate os conflitos urbanos de moradia como uma questão social, que faça uma grande audiência pública para diálogo e abertura de soluções, que a Câmara Municipal tire o caráter partidário e atue como mediadora do conflito, pois com essa postura ela teria mais a ganhar diante da população. Algumas recomendações foram apresentadas:

- definir áreas da cidade de Curitiba como zonas especiais de interesse público – ZEIS;
- Criar um cadastro único de quem ocupa e já ocupou terrenos para morar e assim identificar se há aproveitadores que ocupam uma área, obtém um lote e, depois, ocupam outro, aproveitando-se da situação;
- Constituir uma comissão interinstitucional que faça mediação de conflitos e evite violência nos despejos que são necessários;
- Arquivar o relatório da CPI, retirando as acusações contra as lideranças dos movimentos sociais.

**20h – reunião com a sociedade civil** – a diligência nesta oportunidade conversou com representantes da sociedade civil organizada.

O representante do “Grupo Esperança”, entidade GLBTT, entregou um documento com dados de mortes e violência contra homossexuais e solicitou que a CDHM monitore e faça pressão para que esses casos cessem. Já os movimentos de moradia presentes na reunião reiteraram as denúncias de criminalização que vêm sofrendo, bem como a denúncia de que as ocupações têm sido vistas pelo poder público local como uma questão policial (e não social) e, por fim, falaram que outro problema central nas zonas periféricas é a violência urbana e falta de uma política de segurança. Os movimentos agrários presentes reafirmaram a solicitação pelo desarmamento no campo, em especial nas áreas de acampamento. A ONG Terra de Direitos fez uma breve fala contextualizando a situação de violações aos Direitos Humanos no Paraná e fez sugestões de como deveria ser o tom das audiências com as autoridades locais que aconteceriam no dia 19 de outubro.





---

Em seguida, os parlamentares fizeram também suas considerações e encerrou-se a reunião.

### **DIA 19/10**

9h30 – **Audiência** com o Sr. Delci Carlos Teixeira – Superintendente da Polícia Federal no Paraná.

A audiência aconteceu com a presença do adjunto do Dr. Delci, o delegado corregedor Dr. Alcion. Participaram desta conversa, além dos integrantes da diligência, a advogada Gisele Cassano, da ONG Terra de Direitos.

O Dep. Luiz Couto abriu a conversa, fazendo um relato da presença de milícias rurais em várias cidades do interior, mencionando a forte presença das empresas de segurança privada atuando junto aos fazendeiros e questionou ao representante da polícia federal quais têm sido as investigações da Polícia Federal a esse respeito, principalmente sobre os armamentos pesados vêm sendo utilizados por essas empresas. Uma outra questão levantada pelo Dep. Luiz Couto foi o problema da atuação violenta das guardas municipais, em alguns casos. O corregedor da polícia federal informou que as denúncias recebidas pela PF foram encaminhadas aos delegados regionais responsáveis pelo caso. Informou ainda que não teria sido realizada uma investigação propriamente dita, mas sim um levantamento de cada situação. A cópia desse levantamento foi entregue aos integrantes da diligência. Já no tocante as guardas municipais, o corregedor declarou que a guarda municipal de Curitiba que deveria ser cadastrada na polícia federal ainda não o teria feito. A diligência interrogou porque não houve esse cadastramento e o corregedor alegou que isso depende de vontade política da Prefeitura de Curitiba.

O encaminhamento sugerido pela diligência é de que se fizesse uma investigação específica nas áreas onde há empresas de segurança privada atuando como milícia e que o mesmo também fosse feito em relação às guardas municipais. A diligência ficou de cobrar, por meio de ofício, que a Prefeitura de Curitiba se cadastre junto a polícia federal.

10h30 – **Audiência** com o Sr. Milton Riquelme de Macedo – Procurador-Geral de Justiça do Paraná.

A audiência aconteceu com o Procurador adjunto Dr. Valério Vanhoni e com o Dr. Sylvio Kuhlmann, que justificaram a ausência do procurador geral por motivos de viagem emergencial.



O Dep. Luiz Couto abriu a conversa e apresentou todos os casos que a diligência veio investigar e, pela ordem dos casos, o Ministério Público foi expondo como esses vêm sendo acompanhados. Antes de iniciar a conversa sobre os casos, o procurador adjunto fez uma introdução, falando das dificuldades financeiras do Ministério Público, da necessidade de novo concurso para promotores (sobre o que o governo do Paraná tem sido contrário). Com essa fala ficou no ar uma resistência política e que por isso o Ministério Público tem tido sua atuação diminuída.

A diligência não fez nenhum comentário sobre as dificuldades do Ministério Público e foi direto aos casos.

Sobre as milícias rurais: a diligência cobrou desarmamento, investigação e punição de responsáveis. O Ministério Público, por outro lado, respondeu, dizendo que a atuação do MST tem sido ideológica e partidária, pois tem atuado em ocupações de pedágios com apoio do governador do Paraná, ocupações e destruição prédios públicos, indo contra a Lei. Disse, ainda, que quem pode e deveria fazer o desarmamento nas áreas de conflitos rurais seria o governador e que não entende porque ainda não o fez. A diligência respondeu que os trabalhadores rurais e os movimentos sociais quando atuam em ações extremas o fazem para se defender, utilizando o legítimo direito de resistência quando seus direitos são violados e não respeitados. O Ministério Público entregou um documento com os procedimentos que instalou sobre as milícias;

Caso da CPI das invasões urbanas em Curitiba: apresentado rapidamente e o ministério público entregou também documento com os procedimentos que instalou sobre o caso. A diligência solicitou que o Ministério Público archive o relatório da CPI, mas o mesmo alegou não ter recebido este relatório e que assim que tomasse conhecimento, primeiro precisará avaliar seu conteúdo.

Caso da Casa de Detenção Provisória de São José dos Pinhais: o Ministério Público disse que todos os procedimentos foram feitos da parte deles, mas o inquérito, por não ter sido concluído, impede que eles façam a denúncia na Justiça. Por isso a diligência ficou de cobrar do Secretário de Segurança Pública celeridade na conclusão do inquérito.

Caso de Cel. Domingos Soares: o Ministério Público também apresentou documento sobre procedimentos referente a esse caso e a diligência expôs detalhes do mesmo, buscando fazer uma interligação com o caso das milícias rurais, pois há indícios de que a morte do casal de Cel. Domingos Soares teria



---

sido encomendada a pistoleiros. A este respeito, o Ministério Público relatou não ter informações e que só a conclusão do inquérito poderá trazer elementos sobre a pertinência ou não dessa informação.

Caso da Remoção Forçada de Moradores de Rua de Paranaguá: o Ministério Público disse que a ação criminal foi encerrada pela Justiça e que, com esse encerramento, eles entraram com uma ação civil pública, que ainda está em andamento.

Caso dos remédios de alto custo: relatado e entregue ao Ministério Público, que apresentou todo o procedimento que a promotoria de Direitos Humanos tem feito a esse respeito, entregando documentos sobre esses procedimentos.

A reunião iniciou tensa, mas encerrou bem e tranquila.

11h30 – **Audiência** com Coronel Rubens Guimarães – Diretor-Geral da Secretaria de Segurança Pública do Paraná.

A reunião foi iniciada com a apresentação, pelo Dep. Luiz Couto, dos casos. A conversa, contudo, foi mais focada nos casos em que os inquéritos não foram concluídos, em especial em relação ao caso de Cel. Domingos Soares, cujo inquérito policial não se sabe ao certo se foi instaurado. O desarmamento das áreas de conflitos rurais e a atuação de empresas de segurança privada como polícia nessas mesmas áreas também foram objeto da conversa.

O diretor Cel. Guimarães estava acompanhado de vários delegados e assessores e deu informações genéricas dos inquéritos, se comprometeu a dar celeridade nos que estão em andamento e afirmou que o inquérito de Cel. Domingos Soares foi instaurado e que, se a CDHM solicitar diretamente a ele a cópia, ele a encaminhará. Esse compromisso foi feito porque a diligência disse que a CDHM enviou ofício ao delegado de Palmas solicitando informações do inquérito do caso de Cel. Domingos Soares e não recebeu resposta. Já sobre as empresas de segurança privada atuando como polícia e o desarmamento no campo, as respostas foram de que irão investigar, mas que para isso a polícia federal teria mais condições para tal. Ao final, rapidamente se tocou no problema das guardas municipais que tem atuado de forma violenta e como polícia. O diretor alegou que esse papel de polícia ele é contrário e é inconstitucional, mas quem tem incentivado essa postura das guardas tem sido a Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP e que caberia a CDHM questionar o governo federal a este respeito.





---

14:30 – **Audiência** com o Sr. Desembargador Jair Ramos Braga, Secretário de Justiça do Estado do Paraná.

A reunião aconteceu com Dr. Jair, especificamente porque ele é o presidente do Conselho Permanente de Direitos Humanos e, nesse sentido, enquanto conselho, a diligência solicitou do mesmo empenho para acompanhar, cobrar celeridade nas investigações e cobrar punições.

Dr. Jair recebeu bem a diligência, se comprometeu em acompanhar, cobrar e acelerar as investigações dos casos em questão, em especial o caso de São José dos Pinhais, que está sob sua responsabilidade, mas avaliou que sua competência é restrita e que tem pouco envolvimento no andamento geral do governo.

A diligência encerrou sua agenda em Curitiba às 16:30.

Os relatos dos casos tratados nesta diligência estão anexo a este breve relato, bem como os documentos recebidos pelas autoridades.

#### **Encaminhamentos gerais da diligência:**

1. Enviar ofício a superintendência da Polícia Federal do Paraná solicitando que se instale uma investigação específica sobre as empresas de segurança privada que vem atuando nas áreas de conflitos rurais;
2. Solicitar, por ofício, à Polícia Federal que as guardas municipais sejam investigadas e que se exija o devido cadastramento das mesmas junto a essa polícia como determina a Lei;
3. Enviar ofício ao Secretário de Segurança do Paraná, cobrando celeridade nas investigações dos casos tratados por esta diligência, bem como cópia dos inquéritos para que a CDHM possa acompanhar seus andamentos e ainda cobrar que se faça o desarmamento nas áreas de conflitos rurais;
4. Conversar com o Ministério da Justiça, em especial a SENASP sobre atuação das guardas municipais e ainda reforçar junto a direção geral da polícia federal uma investigação específica sobre empresas de segurança privada que atuam como milícias rurais;
5. Fazer audiência pública da Câmara dos Deputados sobre a situação dos pacientes de doenças raras que necessitam de remédios de altos custos e que o Estado brasileiro tem se recusado a custear, alegando ser demasiadamente oneroso aos cofres públicos e que se trata de cartel de laboratórios. Sobre esse tema existem dois projetos de Lei tramitando no Congresso – PLS 338/07 do Senador Flávio Arns e PLS 219/06 do Senador



CÂMARA DOS DEPUTADOS  
Comissão de Direitos Humanos e Minorias



---

Tião Viana – então a CDHM precisa fazer um estudo destes projetos e, ainda, promover o debate dos mesmos nesta audiência;